



PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DO PLS 2016



Responsabilidade
Socioeconômica
e Ambiental



TRTPR
Tribunal Regional do Trabalho



Tribunal Regional do Trabalho do Paraná

Gestão 2015-2017

Desembargador **Arnor Lima Neto** - Presidente

Desembargadora **Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu** - Vice-Presidente

Desembargador **Ubirajara Carlos Mendes** - Corregedor Regional

Unidades Envolvidas

Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental

Secretaria de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística

Secretaria de Licitações e Contratos

Secretaria de Engenharia e Arquitetura

Secretaria Administrativa

Secretaria de Gestão de Pessoas

Secretaria da Tecnologia da Informação

Subcomissão Permanente Gestora do Plano de Logística Sustentável:

Josiane Mendes, suplente Ana Cristina Barbosa Gomes;

Francisco de Assis da Luz Ribeiro, suplente Luiz Antônio Beltrame;

Maria Cecília Garibotti Comassetto, suplente Paulo Celso Gerva;

Benedy Antunes de Oliveira, suplente Anadélia Trentini Campara;

Flávia Santa Vieira, suplente Luciano Fábio Dantas Medeiros;

Valéria Cobbe, suplente, Maria Rosicler Cretella;

Claucio Jorge de Lima, suplente Alexandre Tetsuo Yamauchi.

**É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.*



Sumário

1. Introdução	4
2. Objetivos	7
3. Implementação e Avaliação do PLS-TRT-PR	9
4. Resultados	11
Eixo de Atuação 1: Gestão de resíduos sólidos	13
Eixo de Atuação 2: Gestão de materiais de consumo	14
Eixo de Atuação 3: Eficiência energética	16
Eixo de Atuação 4: Eficiência no consumo de água	17
Eixo de Atuação 5: Gestão de contratos de aquisição de equipamentos de informática	17
Eixo de Atuação 6: Custos com impressão de documentos e equipamentos de impressão instalados	18
Eixo de Atuação 7: Gestão de contratos de terceirização	19
Eixo de Atuação 8: Capacitação e educação socioambiental	20
Eixo de Atuação 9: Qualidade de vida no trabalho	21
Eixo de Atuação 10: Gestão de contratos de projetos de engenharia	23
Eixo de Atuação 11: Gestão de outros materiais/insumos Telefonia	24
Eixo de Atuação 12: Gestão de outros materiais/insumos Combustível	24
Eixo de Atuação 13: Critérios sustentáveis para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo	25
5. Inventário de Materiais	27
6. Considerações Finais	29

1



Introdução





Introdução

O caminho para um mundo ambiental, social e economicamente sustentável ainda é longo e certamente há muito trabalho a fazer. Porém, esta não é uma luta que se vence sozinho e parcerias são indispensáveis. Além do apoio da Administração maior, é necessário o engajamento de todos os que laboram junto ao TRT-PR.

Neste desiderato, a Comissão de Responsabilidade Socioambiental¹ (CRS) do TRT-PR foi criada pela Portaria GP 61/2004 e desde então desenvolve ações direcionadas para uma nova visão do papel socioambiental deste Tribunal, através da construção de um modelo de gestão que alia o plano estratégico à gestão sustentável, que inclui todos os valores estratégicos institucionais²: ética, transparência, respeito, comprometimento, duração razoável do processo, responsabilidade socioambiental, justiça social, inovação, acessibilidade.

Com este olhar para novos paradigmas de gestão pública, a CRS também conduz sua atividade de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa por meio da qual as organizações se comprometem voluntariamente a cumprir 17 metas relacionadas a Direitos Humanos, Meio Ambiente e Transparência.

Desta forma, no TRT-PR, a proposição de ações sustentáveis ocorre no âmbito da CRS e a execução, controle e monitoramento destas ações e de seus resultados são competências da Seção de Responsabilidade Socioeconômica e Ambiental (SRSA), unidade vinculada administrativamente à Secretaria Geral da Presidência e composta por duas unidades³:

1. Setor de Gestão Ambiental (SGA); e
2. Setor de Gestão Humana e Social (SGHS).

A SRSA também apoia a execução das atividades previstas no Plano Anual de Atividades da Comissão Permanente de Acessibilidade⁴ e do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Aprendizagem Regional (PCTIR)⁵. Desde o início de sua atuação, a CRS também conta com

¹ A atual composição da Comissão de Responsabilidade Socioambiental encontra-se na Resolução Administrativa 172/2015.

² O Plano Estratégico Institucional do TRT-PR, para o horizonte de planejamento de 2016-2020, encontra-se definido pelas Resoluções Administrativas 011/2015 e 061/2015.

³ Estrutura organizacional prevista no Regulamento Geral do TRT-PR (RA 135/2012) e Ato 043/2010.

⁴ A atual composição da Comissão Permanente de Acessibilidade encontra-se na Resolução Administrativa 172/2015.

⁵ O apoio da SRSA às atividades do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Aprendizagem Regional ocorre por meio do DES SGP 647/2016.

o profícuo apoio de agentes multiplicadores socioambientais que são servidores, voluntários, de unidades judiciárias e administrativas do interior e da capital do Paraná, colaboradores na promoção de ações sustentáveis.

Desde setembro de 2012, o TRT-PR é integrante da Rede A3P – Agenda Ambiental da Administração Pública, do Ministério do Meio Ambiente, recebendo indicação como finalista aos IV e V Prêmio Melhores Práticas Sustentáveis, tendo sido agraciado com menção honrosa pelo projeto Pare e Pense. Atualmente, o TRT-PR é detentor do Selo Verde, que certifica a adesão à Rede A3P.

E como a sustentabilidade não é um fim a ser alcançado, mas um contínuo caminho a ser seguido, as ações de responsabilidade socioambiental ora desenvolvidas no TRT-PR merecem e necessitam ser renovadas contínua e progressivamente. É o que se busca com a edição do Plano de Logística Sustentável, aprovado por meio do DES SGP 624/2016, de 29/06/2016. Neste desiderato, relatamos a seguir os resultados do desempenho dos indicadores de sustentabilidade constantes deste PLS, obtidos no primeiro ciclo de análise, ano-base 2016.

2



Objetivos





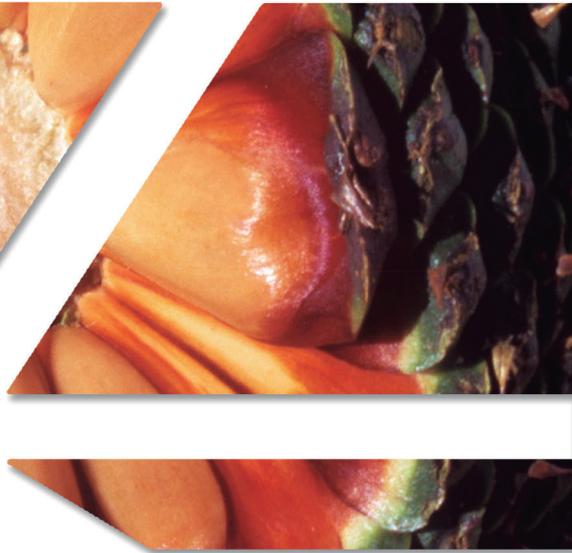
Objetivos

O Plano de Gestão de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PLS-TRT9) busca consolidar, organizar, aprimorar e sistematizar as boas práticas sustentáveis já em andamento no TRT-PR e fornecer diretrizes para realização de novas ações. Tem como principais objetivos:

- a)** difundir e promover a prática da otimização e boa gestão do consumo de materiais e insumos no âmbito do TRT-PR;
- b)** promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no âmbito do TRT-PR;
- c)** revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;
- d)** qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- e)** estabelecer parcerias, visando a promoção de ações socioambientais e pró-cidadania; e
- f)** promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

3

Implementação e avaliação do PLS





Implementação e avaliação do PLS

Cabe à Subcomissão Gestora do PLS/TRT-PR, constituída pela Portaria nº 46/2016 a elaboração do plano de logística sustentável, o monitoramento de seu cumprimento, a avaliação contínua de seus resultados e a revisão periódica de seu conteúdo. No TRT-PR, o plano de logística sustentável deverá ser avaliado e revisado, bianualmente, e submetido à apreciação a cada nova Administração do TRT-PR, com horizonte de planejamento até 2020, coincidindo com o planejamento estratégico deste Tribunal. O Despacho SGP 624/2016 autorizou a divulgação do PLS/TRT-PR no respectivo sítio eletrônico.

Cumprе ressaltar que, em outubro de 2016, representantes de 11 órgãos públicos estiveram reunidos no TRT-PR para intercâmbio de ideias e cooperação quanto à implantação do Plano de Logística Sustentável (PLS), instituído pelo Decreto 7.746/2012 e pela Resolução 201/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os objetivos dos Planos de Logística Sustentável visam a criar ferramentas para planejamento e gestão do processo de fluxo de materiais, serviços e informações, sempre considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado na administração pública. O encontro integrou o calendário de reuniões mensais dos grupos de apoio do Fórum Governamental de Responsabilidade Social – Núcleo do Paraná, iniciativa que pretende auxiliar no processo de divulgação e efetivação dos critérios socioambientais em práticas cotidianas de entidades públicas.

Diversas instituições participaram do encontro, servidores do Tribunal de Contas da União, Tribunal Regional Eleitoral, Ministério Público da União, Ministério Público do Estado do Paraná, Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA), Universidade Federal do Paraná, Prefeitura de Curitiba, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Banco Central do Brasil, Instituto Federal do Paraná (IFPR) e Escola de Administração Fazendária (ESAF). Na oportunidade, servidores da SRSA puderam apresentar o PLS do TRT-PR, assim como boas práticas socioambientais, incluindo o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, especialmente a destinação final adequada de óleo vegetal usado, lixo tóxico e lixo eletrônico, todos de origem residencial, mediante disponibilização de pontos para coleta desses materiais, com a posterior destinação final adequada, conforme o caso. Também foi possível apresentar aos participantes do encontro os indicadores para avaliação do desempenho socioambiental e econômico do PLS/TRT-PR, em especial as ações em prol da racionalização e consumo consciente, aquisição de materiais e à contratação de serviços, gestão do consumo de energia elétrica, água, combustível e telefonia.

A



Resultados





Resultados

O presente Plano de Logística Sustentável está estruturado em 13 eixos de atuação que abordam desde o consumo de materiais até a construção de imóveis. Para determinados eixos são propostos indicadores que visam aferir os resultados alcançados, anualmente, até 2020, quando se encerra o horizonte de execução do Planejamento Estratégico do TRT-PR. Anualmente, os dados serão auferidos e a subcomissão gestora analisará os resultados de modo a estabelecer metas futuras. São os seguintes eixos de atuação:

1. Gestão de Resíduos Sólidos;
2. Gestão de Materiais de Consumo;
3. Eficiência Energética;
4. Eficiência no Consumo de Água;
5. Gestão de Contratos de Aquisição de Equipamentos de Informática;
6. Custos com impressão de documentos e equipamentos de impressão instalados;
7. Gestão de Contratos de Terceirização;
8. Capacitação e Educação Socioambiental;
9. Qualidade de Vida no Trabalho;
10. Gestão de Contratos de Projetos de Engenharia;
11. Gestão de Outros Materiais/Telefonia;
12. Gestão de Outros Materiais/Combustível;
13. Critérios sustentáveis para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo.

A seguir, são apresentados os resultados para cada eixo de atuação deste PLS. Merece ser destacado que os resultados foram alcançados considerando o empenho de todo o corpo funcional e com ações de sensibilização e de educação ambiental, além do profícuo apoio da administração do TRT-PR.

Eixo de Atuação 1: Gestão de resíduos sólidos

Objetivo: Celebração de convênios com os demais órgãos públicos visando à reciclagem de resíduos ou a destinação socioambientalmente correta, para as associações e cooperativas de materiais recicláveis.

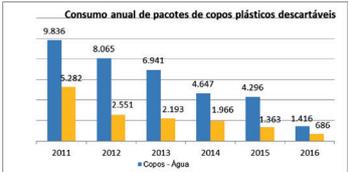
Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
<p>Mediante ação continuada de educação ambiental, com a colaboração dos agentes multiplicadores e incentivo contínuo do descarte correto dos resíduos sólidos. Igualmente recordar os prestadores de serviço terceirizado da obrigatoriedade de recolher os resíduos e armazená-los nos sacos de resíduos de acordo com a classificação internacional de cores</p>	1.1 Destinação de papel para reciclagem (kg)	Diminuir em 25%, a cada ano, o material destinado.	<p align="center">Mensal e Anual</p> <p>RESULTADOS: Em 2015, foram destinados à reciclagem 9.847,50 kg de papel. Em 2016, o resultado foi de 9.878,00 kg, aumento de 0,30 %. A meta foi superestimada, pois não considerou o descarte de documentos sigilosos e a Tabela de Temporalidade de Documentos Judiciários - área fim e de Documentos Administrativos do TRT-PR</p>
	1.2 Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem (unidade)	Diminuir em 10%, a cada ano, o material destinado.	<p align="center">Mensal e Anual</p> <p>RESULTADOS: Em 2015, foram destinados à reciclagem 587 toners e cartuchos de impressão. Em 2016, o resultado foi de 497 unidades. Ocorreu redução de 15,33% para o indicador (Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem). A meta para o indicador foi atingida.</p>
	1.3 Destinação de plástico para reciclagem (kg)	Diminuir em 10%, a cada ano, o material destinado.	<p align="center">Mensal e Anual</p> <p>RESULTADOS: Em 2015, foram destinados à reciclagem 2.819,26 kg de material plástico. Em 2016, o resultado foi de 1.963,34 kg, redução de 30,35%. A meta para o indicador foi atingida.</p>
	1.4 Destinação de lâmpadas para descontaminação (und)	Destinar 100% do material recolhido pela equipe de manutenção, destinando-o para descontaminação, até 2017.	<p align="center">Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS: Em 2015, foram destinadas 1.619 lâmpadas. Em 2016, o resultado foi de 2.198 lâmpadas. Atualmente, no TRT-PR, 100% das lâmpadas inservíveis são encaminhadas para reciclagem e destinação final ambientalmente adequada (descontaminação), pois ainda que nem todas as lâmpadas inservíveis sejam assim destinadas em um ano, o remanescente permanece em depósito até atingir-se um total adequado para contratação de empresa em ano seguinte (economia de escala). A meta para o indicador foi atingida.</p>
	1.5 Destinação de pilhas e baterias para descontaminação (kg)	A ser estabelecida.	<p align="center">Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS: Em 2015, foram destinadas à reciclagem 100 pilhas (descontaminação). Em 2016, o resultado foi de 199 pilhas. Atualmente, no TRT-PR, 100% das pilhas e baterias inservíveis são encaminhadas para reciclagem e destinação final ambientalmente adequada (descontaminação), pois ainda que nem todo o material inservível seja assim destinado em um ano, o remanescente permanece em depósito até atingir-se um total adequado para contratação de empresa em ano seguinte (economia de escala).</p>
	1.6 Destinação de resíduos de saúde para descontaminação (kg)	Manter a destinação de 100% dos resíduos de Serviço de Saúde.	<p align="center">Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS: Em 2015, foram encaminhados 150,80 kg de resíduos de saúde para descontaminação. Em 2016, o resultado foi de 235,60 kg. Atualmente, no TRT-PR, 100% dos resíduos hospitalares são encaminhados para destinação final ambientalmente adequada (descontaminação). A destinação ocorre mensalmente, mediante contratação de empresa especializada, que retira os resíduos que ficam armazenados em ambiente fechado e com acesso restrito a servidores autorizados.</p>
	1.7 Destinação de resíduos de obras para reciclagem (kg)	A ser estabelecida.	<p align="center">Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS: Em 2015, o total de resíduos de obras foi de 795 m³. Em 2016, o resultado foi de 45 m³. Desse total, apenas de 10% foram para a reciclagem, conforme estimativa apresentada verbalmente por servidora da Secretaria de Engenharia e Arquitetura. Observa-se urgência em inserir cláusula contratual para destinação destes resíduos, de forma que a meta a ser estabelecida seja de 100% de destinação dos resíduos de obra para a reciclagem.</p>
	1.8 Destinação de resíduos eletroeletrônicos para reciclagem (cabos elétricos, mídias, outros)	A ser estabelecida.	<p align="center">Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS: A informação não foi prestada a tempo do envio deste relatório ao CNJ, contudo a Seção de responsabilidade Socioeconômica e Ambiental responsabiliza-se em obter, registrar e informar os resultados destes dados.</p>

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O objetivo não se coaduna com os indicadores, pois não existe indicador que demonstre os resultados do quantitativo de convênios firmados com órgãos públicos. Assim, o objetivo deste indicador deve ser redefinido pela Subcomissão gestora do OLS/TRT-PR.
3. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve conter as atividades previstas para atingir a meta estabelecida, conforme o indicador. Para isto, a Subcomissão Gestora vai apresentar nova ficha para este eixo de atuação, complementando o plano de ação, pois não depende somente dos multiplicadores socioambientais e prestadores de serviços terceirizados o alcance das metas deste eixo de atuação.
4. A meta estabelecida para o indicador 1.1 foi superestimada e será reavaliada pela Subcomissão Gestora.
5. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.4 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% das lâmpadas adquiridas pelo TRT-PR e que se encontram inservíveis para uso.
6. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.5 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% das pilhas e baterias adquiridas pelo TRT-PR e que se encontram inservíveis para uso.
7. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.6 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% dos resíduos de saúde do TRT-PR, visando à descontaminação do material.
8. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.7 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% dos resíduos de obras do TRT-PR.
9. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.8 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta e reciclagem, anualmente, de 100% dos resíduos eletroeletrônicos do TRT-PR (cabos elétricos, mídias e outros).
10. Deve ser alterada/definida a apuração dos seguintes indicadores: 1.4 ; 1.5 ; 1.7 e 1.8. A apuração destes indicadores deve ser semestral/anual.

Eixo de Atuação 2: Gestão de materiais de consumo

Objetivo: Reduzir a utilização de materiais de consumo, a fim de evitar o desperdício e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
Sensibilização do corpo funcional quanto: - a real necessidade de impressão; - configuração de impressão em frente e verso; - utilização das ferramentas digitais (e-mail, malote eletrônico, assinatura eletrônica de documentos, sistema de controle de tramitação administrativa-CTA). - impressão em formato livreto. - configuração dos documentos impressos no Pje.	2.1 Consumo de papel branqueado (resmas)	Diminuir em 25%, a cada ano, o material destinado.	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2015, foram 12.361 resmas de papel sulfite. Em 2016, o resultado foi de 9.922 resmas, diminuição de 19,73%. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.
	2.2 Consumo de papel reciclado (resmas)	Redução de 10% do consumo total em relação ao valor apurado em 2014 (1.938) para 2016.	Mensal/anual RESULTADOS: Em relação ao consumo de papel reciclado, em 2016 (1.281 resmas), observou-se aumento de 6,21% em relação ao ano anterior (1.206 resmas). Assim, a meta para este indicador não foi atingida.
Sensibilização para a abolição permanente do copo plástico descartável.	2.3 Consumo de copos plásticos descartáveis para água - 180 ml (unidade)	Redução de 80% consumo total de 2014, para o primeiro período apurado (2016).	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2015, o consumo de copos plásticos descartáveis para consumo de água (180 ml) foi de 4.296 pacotes com 100 unidades cada. Em 2016, o resultado foi de 1.416 pacotes, redução de 67,03%. Observa-se que a meta não foi atingida, para o primeiro período apurado (2016). Considera-se que o período de apuração da meta foi pequeno, considerando o total a ser reduzido (80%). Mas considera-se satisfatório o resultado alcançado, haja vista que uma redução de 67% do consumo deste item em um ano é significativo e demonstra compromisso do corpo funcional do TRT. A curva de redução de consumo dos copos é decrescente, conforme o gráfico a seguir. 
	2.4 Consumo de copos plásticos descartáveis de 50ml		Mensal/anual RESULTADOS: Em 2015, o consumo de copos plásticos descartáveis para consumo de café (50 ml) foi de 1.363 pacotes com 100 unidades cada. Em 2016, o resultado foi de 686 pacotes, redução de 51,55%. A meta não foi atingida para o primeiro período apurado, mas o mesmo se aplica em relação ao não atingimento da meta para redução do consumo de copos de 180 ml. A curva de redução de consumo dos copos é decrescente, o que é muito satisfatório.
	2.5 Gasto (R\$) com copos plásticos descartáveis de 180 ml		Mensal/anual RESULTADOS: Em 2015, totalizou valor de R\$ 9.623,04 para a aquisição de copos descartáveis de 180 ml. Já em 2016, o resultado foi de R\$ 4.289,50. Esta meta de redução não aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores financeiros que precisam sofrer análise de valoração financeira-monetária anual.
	2.6 Gasto (R\$) com copos plásticos descartáveis de 50 ml		Mensal/anual RESULTADOS: Em 2015 totalizou o valor de R\$ 1.744,64. Em 2016, o resultado foi de R\$ 922,92. Esta meta de redução não aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores financeiros que precisam sofrer análise de valoração financeira-monetária anual.

Eixo de Atuação 2: Gestão de materiais de consumo

Objetivo: Reduzir a utilização de materiais de consumo, a fim de evitar o desperdício e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Redução do consumo de água mineral envasada em garrafas plásticas	2.7 Consumo de unidades de garrafões de 10L	Redução de 10% do consumo em relação a 2015.	Mensal/anual
			RESULTADOS: Em 2015, foram 532 garrafões de 10 l consumidos. Em 2016, o resultado foi de 121 garrafões, redução de 77,26%. Assim, a meta para este indicador foi atingida.
	2.8 Consumo de unidades de garrafas de 1,5L sem gás		Mensal/anual
			RESULTADOS: Em 2015, foram 568 garrafas de 1,5 l consumidas. Em 2016, foram 235 garrafas, redução de 59%. Assim, a meta para este indicador foi atingida.
	2.9 Consumo de unidades de garrafas de 500 ml com gás		Mensal/anual
			RESULTADOS: Em 2015, foram 225 garrafas de 500 ml com gás consumidas. Em 2016, o resultado foi de 210 garrafas, redução de 6,66%. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.
	Mensal/anual		RESULTADOS: Em 2015, totalizou R\$ 3.984,68 para a aquisição de garrafões de 10 l. Em 2016, foram gastos R\$ 605,00. A meta para este indicador foi atingida.
	Mensal/anual		RESULTADOS: Em 2015, totalizou R\$ 4.822,32 para a aquisição de garrafas de 1,5 l. Em 2016, o resultado foi de R\$ 1.692,00, redução de 65%. Assim, a meta para este indicador foi atingida.
	Mensal/anual		RESULTADOS: Em 2015, totalizou R\$ 2.112,75 para a aquisição de garrafas de 500 ml com gás. Em 2016, o resultado foi de R\$ 1.761,90, redução de 17%. Assim, a meta para este indicador foi atingida.

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve definir o plano de ação para redução do consumo de garrafões e de garrafas de água;
3. As metas estabelecidas para os indicadores 2.1 a 2.6 deste eixo de atuação serão reavaliadas pela Subcomissão Gestora, pois faz menção somente ao primeiro período apurado (2016), mas o horizonte de planejamento deste PLS é até 2020.
4. As metas estabelecidas para os indicadores 2.7 a 2.12 deste eixo de atuação devem fazer constar que a redução de 10% deve ser anual, e deve ser definido se o ano base será sempre 2015 ou o ano imediatamente anterior.

Eixo de Atuação 3: Eficiência energética

Objetivo: Diminuir o consumo de energia elétrica e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
DESCRITAS NO MEMO SRSA 027/2015	3.1 Consumo (KWh) de energia elétrica	Redução de 20% consumo total de 2014.	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2015, o consumo de energia elétrica foi de 6.694.714 Kwh. Em 2016, o resultado foi de 5.301.617 Kwh, decréscimo de 20,81% do consumo, em relação ao ano anterior. Assim, a meta para este indicador foi atingida. Por erro material, a meta estabelece a linha base de análise de 2014, mas o ano de 2015 é o início da análise para o PLS.
	3.2 Consumo de energia elétrica por área construída (KWh/m ²)	Redução de 20% consumo total de 2014.	Mensal/anual RESULTADOS: A área construída é de 85.927,81 m ² . Em 2015 o resultado é de 77,91 Kw/m ² . Em 2016, o resultado foi de 61,70 kw/m ² . Assim, no período entre 2016 e 2015 houve redução de 20,80%. Assim, a meta para este indicador foi atingida. Por erro material, a meta estabelece a linha base de análise de 2014, mas o ano de 2015 é o início da análise para o PLS.
	3.3 Gasto (R\$) com energia elétrica	Redução de 20% consumo total de 2014.	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2015, o gasto com energia elétrica foi de R\$ 4.455.794,48. Em 2016, o resultado foi de R\$ 3.879.491,11. Assim, no período entre 2016 e 2015 houve redução de 12,93%. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.
	3.4 Gasto com energia elétrica por área construída (R\$/m ²)	Redução de 20% consumo total de 2014.	Mensal/anual RESULTADOS: A área construída é de 85.927,81 m ² . Em 2015 contabilizou 51,86 R\$/m ² . Em 2016, o resultado foi de 45,15 R\$/m ² . Assim, no período entre 2016 e 2015 houve redução de 12,93%. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.
	3.5 Aquisição de lâmpadas LED	Implementação gradativa, substituir as lâmpadas tipo fluorescentes.	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2016, foram adquiridas 1.695 lâmpadas LED para substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes e de vapor metálico. Assim, a meta para este indicador foi atingida

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve constar as ações definidas no Memo SRSA 027/2015;
3. As metas estabelecidas para os indicadores 3.1 e 3.2 deste eixo de atuação devem fazer constar que a redução de 20% deve ser anual, e deve ser definido se o ano base será sempre 2015 ou o ano imediatamente anterior. O PLS do TRT-PR, nestes indicadores, traz o ano de 2014, mas isto ocorreu por erro material;
4. Como os indicadores 3.3 e 3.4 são financeiros e considerando a alteração anual da política nacional tarifária de energia elétrica e a não atualização de valores financeiros descontada a inflação, a meta destes indicadores deve ser a seguinte: Redução do consumo total em relação ao ano anterior. Ou seja, não será definido o valor da redução da meta, o que deve ocorrer é a redução do gasto.
5. A meta do indicador 3.5 deve ser a seguinte: "Implementação gradativa, visando a substituir 100% das lâmpadas fluorescentes e de vapor metálico por lâmpadas LED, até 2020".

Eixo de Atuação 4: Eficiência no consumo de água

Objetivo: Reduzir o consumo de água e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
- Campanha de sensibilização para evitar o desperdício. - Acionar a manutenção sempre que identificado algum vazamento. - Normas para irrigação e lavagem de fachadas. - Informar dados de consumo ao corpo funcional.	4.1 Volume de água consumida (m ³)	Redução de 20% do consumo total de 2015	Mensal/anual RESULTADOS: Os resultados alcançados, em 2016 (32.816 m ³), no tocante ao consumo da água, demonstram decréscimo de 15,32% do consumo em m ³ , em relação ao ano de 2015 (38.757 m ³). A meta para este indicador não foi atingida.
	4.2 Volume de água consumida por área construída (m ³ /m ²)		Mensal/anual RESULTADOS: A área construída é de 85.927,81 m ² . Em 2015, o volume de água consumida por área construída foi de 0,45 m ³ /m ² . Já em 2016, o resultado foi de 0,38 m ³ /m ² . Assim, houve redução de 15,55%. A meta para este indicador não foi atingida.
	4.3 Gasto com água (R\$)		Mensal/anual RESULTADOS: Em 2015, o gasto com o consumo de água foi de 388.974,38. Em 2016, o resultado foi de R\$ 363.414,56. Assim, no período entre 2016 e 2015 houve redução de 6,57%. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.
	4.4 Gasto com água por área construída (R\$/m ²)		Mensal/anual RESULTADOS: A área construída é de 85.927,81 m ² . O valor gasto com água por área construída foi de 4,52 R\$/m ² . Em 2016, o resultado foi de 4,22 R\$/m ² . Assim, no período entre 2016 e 2015 houve redução de 6,64%. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.
OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO: 1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores; 2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação"; 3. As metas estabelecidas para os indicadores 4.1 e 4.2 deste eixo de atuação devem fazer constar que a redução de 20% deve ser anual, e deve ser definido se o ano base será sempre 2015 ou o ano imediatamente anterior. O PLS do TRT-PR, nestes indicadores, traz o ano de 2014, mas isto ocorreu por erro material; 4. Como os indicadores 4.3 e 4.4 são financeiros e considerando a alteração anual da política tarifária de água e a não atualização de valores financeiros descontada a inflação, a meta destes indicadores deve ser a seguinte: Redução do consumo total em relação ao ano anterior. Ou seja, não será definido o valor da redução da meta, o que deve ocorrer é a redução do gasto.			

Eixo de Atuação 5: Gestão de contratos de aquisição de equipamentos de informática

Objetivo - Adoção de critérios sustentáveis na renovação da infraestrutura de TIC

Objetivos Específicos	Detalhamento da ação	Unidades envolvidas	Meta	Apuração e Resultados
Efetivar a adoção de requisitos baseados em padrões e normas regulamentadoras focadas na sustentabilidade, especialmente aspectos ambientais e energéticos, nas contratações de TIC do TRT-PR (TI Verde)	5.1 Adequação dos termos de referência das contratações de TIC para atendimento ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.	STI	100% dos editais de aquisição de bens de TIC em conformidade com os requisitos de sustentabilidade.	Ação Continuada RESULTADOS: Excetuando-se as contratações relacionadas a software, são 25 processos de aquisição, serviço ou suporte técnico de bens de TI que poderiam, à primeira vista, exigir requisitos de sustentabilidade. Deste total, 18 efetivamente adotaram algum requisito baseado em padrões e normas regulamentadoras focadas na sustentabilidade, o que representa um percentual de 72%, no primeiro período de apuração (2016).
Substituição gradativa de equipamentos antigos de TIC por outros em conformidade com diretrizes ambientais de sustentabilidade - contratação em andamento	5.2 Nesta primeira etapa, consistirá na substituição de micros desktop, monitores e multifuncionais com a garantia expirada por equipamentos em conformidade com requisitos de sustentabilidade, nas diversas unidades do TRT.	STI (SSTEC)	652 micros desktop, 1304 monitores e 178 multifuncionais substituídos.	Dezembro de 2016 RESULTADOS: Foram realizadas substituições de microcomputadores desktop, monitores e multifuncionais em número superior ao estabelecido na meta para o ano, de forma que esta meta foi 100% atingida.
Doação de equipamentos de TIC obsoletos para outras instituições	5.3 Agilizar a doação de equipamentos de TIC inservíveis para outras instituições, especialmente as de ensino público, como forma de ressaltar a responsabilidade socioambiental deste Tribunal, além de utilização mais eficiente de espaços físicos que deixariam de armazenar material sem possibilidade de utilização e melhor gestão de ativos.	STI/SA (SMP)/Comissão para Doação de Bens	Um processo de desfazimento mensalente.	RESULTADOS: A STI tem encaminhado à CMP – Coordenadoria de Material e Patrimônio, a relação dos equipamentos obsoletos ou inservíveis para dar andamento ao processo de doação. Ressalta-se que, em 2015, foi elaborado um novo edital de credenciamento de entidades interessadas na doação de bens inservíveis (Edital 01/2015). Contudo, nenhuma entidade habilitou-se para o certame, configurando-se como deserto o procedimento de habilitação. Por conseguinte, a Administração deste Tribunal decidiu dar continuidade às doações atendendo às entidades que assim haviam procedido, via ofício. Desde então, este tem sido o procedimento para doações de bens inservíveis do TRT-PR. Em 2016, foi dado o mesmo tratamento atendendo, oportunamente, aos pedidos de doações que foram formulados, por ofício, pelas entidades interessadas que estejam devidamente regularizadas. Salienta-se que a efetividade das doações materializa-se por meio de despachos cuja competência não é da STI.
Elaborar estudo técnico para avaliar viabilidade de outsourcing de impressão	5.4 Como forma de racionalizar o uso de recursos de impressão, incluindo insumos, propõe-se um estudo técnico para analisar eventuais benefícios desta forma de contratação de serviço em substituição à aquisição de equipamentos e materiais	STI/SSTEC e SINP	Entrega de estudo técnico.	Dezembro/2017 RESULTADOS: Os estudos foram interrompidos pela necessidade de concentrar esforços nos estudos técnicos e processos de contratação de 2016, os quais se concentraram no segundo semestre. Os levantamentos acerca do outsourcing de impressão já foram retomados em janeiro de 2017.
OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO: 1. O campo "Objetivos Específicos" deve ser denominado "Plano de Ação"; 2. O campo "Detalhamento da Ação" deve ser denominado "Indicador" e nestes campos os indicadores 5.1 a 5.4 devem ser nomeados, pois o texto não é o nome do indicador. Estes textos podem ser transferidos para o campo "Plano de Ação"; 3. Deve ser definido o período de apuração para os indicadores 5.1 e 5.3; 4. Deve-se consultar a STI para aferir se haverá inclusão de nova meta para o indicador 5.2. 5. Deve-se definir a unidade competente pelo indicador 5.3.				

Eixo de Atuação 6: Custos com impressão de documentos e equipamentos de impressão instalados

Objetivo - reduzir quantidade de impressões e nível de ociosidade de impressão.

Objetivos Específicos	Indicador	Meta	Apuração e Resultados (semestral/anual)
Reduzir quantidade de impressões	6.1 Quantidade total de totais impressões na Capital e no interior	Redução de 20% em relação a 2015. Obs: Implementar sistema de contagem de impressões nas unidade do interior.	Em 2015, o total de impressões de documentos foi de 3.226.680 páginas. Já em 2016, na capital, registrou-se a solicitação de impressão de 1.979.979 páginas. Nem todas as máquinas da capital possuem os requisitos necessários para a contagem de páginas impressas, e no interior do estado sequer há servidor de impressão que permita o armazenamento dessas informações. A redução assentou-se em 39% entre 2015 e 2016.
Diminuir o índice de ociosidade baseada na capacidade máxima de impressão	6.2 Quantidade de impressões versus equipamentos instalados por unidade de trabalho	A definir	Foi registrada a solicitação de impressão de 1.979.979 páginas, em 422 impressoras de 130 unidades de trabalho, na capital, em 2016. Nem todas as máquinas da capital possuem os requisitos necessários para a contagem de páginas impressas, e no interior do estado sequer há servidor de impressão que permita o armazenamento dessas informações. Algumas impressoras não possuem local cadastrado, e foram totalizadas como se estivessem numa mesma unidade.
Diminuir o custo com aquisições de suprimentos	6.3 Valor (R\$) gasto com a compra de suprimentos	Redução de 10% em relação a 2015.	Em 2015 o valor gasto totalizou R\$ 384.579,84 (1.628 itens). Já em 2016 o gasto somou 545.766,44 (1.625 itens). Houve aumento de 70,46% entre 2015 e 2016, embora o total de itens adquirido entre os anos de 2015 e 2016 seja similar. Este indicador sofre alteração conforme o desempenho do mercado de bens de informática a também da inflação nacional.
Diminuir o custo com aquisição de impressoras	6.4 Valor gasto com a compra de equipamentos de impressão	A definir	Não foram adquiridos equipamentos de impressão em 2016.

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. O objetivo do eixo de atuação deve ser complementado: "Reduzir quantidade de impressões e nível de ociosidade DOS EQUIPAMENTOS de impressão.
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve apresentar as ações efetivas para atingir o objetivo do eixo de atuação;
3. Precisar ser estabelecido um indicador que apresente o nível de ociosidade geral dos equipamentos de impressão do TRT-PR, para coadunar-se com o objetivo do eixo de atuação. Assim, precisa ser criado o indicador 6.5 Nível de ociosidade dos equipamentos de impressão e definir a memória de cálculo deste indicador;
4. Reavaliar o indicador 6.3, pois o mesmo sofre influências inflacionárias, assim a meta estabelecida não é alcançada.

Eixo de Atuação 7: Gestão de contratos de terceirização

Objetivo: Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável.

Objetivos Específicos	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
Diminuir os acidentes de trabalho.	7.1 Auditar a implantação do PPRA e PCMSO nos postos de trabalho dos trabalhadores de empresas terceirizadas.	Mapeamento de 100% dos postos de trabalho.	A meta de mapeamento de 100% dos postos de trabalho por meio de uma apuração anual não foi efetuada, tendo em vista que se optou pela continuidade da contratação periódica de auditoria, por empresa especializada em segurança do trabalho, nos moldes já contratado em 2015, uma vez que tal ação se mostrou benéfica e necessária para maximizar o alcance de um ambiente de trabalho seguro e saudável.
	7.2 Elaborar ficha técnica de EPI utilizado, por cada profissional contratado pelo TRT, para subsidiar a fiscalização interna	Mapeamento de 100% dos postos de trabalho.	O mapeamento foi efetuado em 90% dos postos de trabalho, não sendo possível a verificação somente dos postos que não estavam contratados em 2015, por exemplo, o operador de empilhadeira. Com os subsídios das auditorias mencionadas foi elaborada uma ficha técnica dos EPIs necessários para cada posto de trabalho. Tais fichas foram disponibilizadas para os fiscais dos contratos, por meio de uma cartilha, como uma inovação da primeira turma do Curso de Capacitação de Fiscais de Contrato, a fim de subsidiar a fiscalização quanto ao uso de tais equipamentos de proteção individual. Assim, houve a divulgação da ficha técnica para 84 dos 144 fiscais de contratos de serviços terceirizados.
	7.3 Promoção de palestras mensais, pelas empresas contratadas, sobre temas relacionados à prevenção de acidentes e melhora do ambiente de trabalho mais seguro. Res. 98/2012 CSJT	Uma ação mensal	A terceira ação que tem por objetivo diminuir os acidentes de trabalho é a promoção de palestras mensais, pelas empresas contratadas, sobre temas relacionados à prevenção de acidentes e melhora do ambiente de trabalho mais seguro, nos termos da Resolução 98/12 do CSJT. Buscou-se a extensão de tais treinamentos e a fiscalização constante da participação do maior número possível de trabalhadores terceirizados. Em 2015, do total de 553 terceirizados, 194 participaram do treinamento (35%). Em 2016, do total de 397 terceirizados, 310 participaram do curso (78%).
Fomentar a permanência do trabalhador no emprego no TRT-PR. Combater a rotatividade.	7.4 Realizar reuniões com entidades de classe e empresas terceirizadas para solucionar conflitos nas relações de trabalho, fomentando a conciliação e prevenção de ações trabalhistas.	Ação Continuada	Foram efetuadas diversas reuniões, bem como encaminhadas comunicações oficiais para as empresas sempre que foram detectadas qualquer tipo de inconsistência, especialmente no tocante as questões trabalhistas, visando fomentar a permanência do trabalhador no emprego.
	7.5 Previsão, em contrato, de pagamento de salário com valor superior ao mínimo da CCT e adoção de critérios de valorização salarial, a exemplo da redução da jornada de trabalho sem redução de salário.	Ação Continuada	Houve previsão em contrato de pagamento de salário superior ao mínimo da CCT e adoção de critérios de valorização salarial, a exemplo da redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Tal ação foi contemplada no Pedido de Contratação dos serviços de telefonia (PO 19/16), pois, foi mantida a jornada semanal em 30 horas sem a redução salarial.
Atender aos critérios socioeconômicos e ambientais nas contratações	7.6 Inclusão, em contrato, da exigência de fornecimento de materiais de limpeza e equipamentos em consonância com normas de sustentabilidade de CONAMA, INMETRO, ANVISA, ABNT, MTE e MPO.	100% das contratações	O atual contrato de limpeza já contém tais cláusulas. Em 2016, com o auxílio dos fiscais e da Comissão de Responsabilidade Socioambiental reforçou-se a fiscalização em relação à coleta seletiva e distribuição dos sacos coloridos, pois, a notícia de qualquer irregularidade possibilitou melhor orientação às empresas prestadoras de serviço, e consequentemente dos próprios trabalhadores, com encaminhamento de ofícios e diversos e-mails para regularizações.
Elaborar estudo técnico para avaliar viabilidade de outsourcing de impressão	7.7 Como forma de racionalizar o uso de recursos de impressão, incluindo insumos, propõe-se um estudo técnico para analisar eventuais benefícios desta forma de contratação de serviço em substituição à aquisição de equipamentos e materiais.	Entrega de estudo técnico	Os critérios socioeconômicos e ambientais nas contratações das empresas terceirizadas foram atendidos por meio de projeto iniciado em 2016 que é o portal da transparência e portal de gestão documental (GDT) o que viabilizou a entrega da documentação mensal das empresas que anteriormente era feita em papel e passou a ser por meio digital. Tal projeto possibilitou uma economia de papel referente à impressão de cerca de 3000 documentos mensais. Assim, percebe-se que o serviço de impressão não seria contratado por meio de mão de obra residente, desta forma, esta Coordenadoria entende que não se trata de uma prestação de serviços terceirizados com a permanência de trabalhadores no prédio do Regional que é a atividade central da Coordenadoria De Gestão De Terceiros - CGT.

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;;
2. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois o conteúdo dos campos objetivos específicos, detalhamento da ação e meta estão mesclados de forma que não se pode identificar o que é plano de ação, indicador e meta.

Eixo de Atuação 8: Capacitação e educação socioambiental

Objetivo: Difundir as ações de sustentabilidade praticadas e expandir a consciência colaborativa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados (mensal/anual)
Capacitação e educação socioambiental, tanto na modalidade presencial e como à distância.	8.1 Quantidade de magistrados capacitados em ações socioambientais	Ampliar em 20% o número de participantes das ações de treinamento em relação a 2015 a cada ano.	Em 2015, foram 36 magistrados que participaram de ações de educação socioambiental. Em 2016, o resultado foi de 13 magistrados, redução de 64%. A meta não foi atingida, mas cumpre ressaltar que a participação de magistrados em ações de educação socioambiental do TRT-PR consubstancia-se, mormente, no Fórum de Sustentabilidade, que ocorre a cada 2 anos. Em 2015 ocorreu o III Fórum de Sustentabilidade, assim não é adequado utilizar este ano como base de análise para este indicador. Já o ano de 2016 foi inovador no sentido da ocorrência de iniciativas de ofertar aos magistrados cursos na modalidade a distância para magistrados, fato que se repetirá nos anos seguintes. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.
	8.2 Quantidade de servidores capacitados em ações socioambientais		Em 2015, foram 276 servidores que participaram de ações de educação socioambiental. Em 2016, o resultado foi de 436 servidores, aumento de 58%. Assim, a meta para este indicador foi atingida
	8.3 Quantidade de terceirizados capacitados em ações socioambientais		Em 2015, foram 194 terceirizados que participaram de ações de educação socioambiental. Em 2016, o resultado foi de 180 servidores, redução de 7,22%. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. Para o indicador 8.1 considerar a aplicação da meta de redução, a partir de 2017, com base nos resultados obtidos no ano de 2016.
3. Cabe a Subcomissão Gestora reavaliar a meta para esta ficha de eixo de atuação, pois como os indicadores 8.1 e 8.3 não atingiram a meta, esta parece ter sido superestimada.

Eixo de Atuação 9: Qualidade de vida no trabalho

Objetivo: promover qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Descrição	Ação	Meta	Apuração e Resultados
Estatística epidemiológica do TRT	9.1 Ação realizada mensalmente que subsidia as decisões sobre os projetos de promoção à saúde da SMO.	Identificar qual a doença que mais gera afastamento, a distribuição dos fenômenos de doença e seus fatores condicionantes e determinantes, permitindo a avaliação da eficácia das intervenções realizadas no âmbito do TRT e estudar o comportamento das doenças em uma determinada unidade de trabalho. Determinar as medidas de prevenção e controle mais indicadas para o problema em questão como também avaliar quais serão as estratégias a serem adotadas e se as mesmas causaram impacto, diminuindo e controlando a ocorrência da doença em análise.	Ação realizada com o objetivo de subsidiar as decisões sobre os projetos de promoção à saúde da Seção Médico-Odontológica-SMO. Fez-se uma leitura do estado de saúde de magistrados e servidores e identifica patologias de maior incidência.
Campanha da vacina contra gripe	9.2 Campanha realizada anualmente, quando é oferecido a magistrado, servidores, estagiários e terceirizados, vacinação contra a gripe. OBS: Devido à quebra do contrato por parte da clínica que venceu a licitação para o fornecimento e aplicação das doses, na Campanha de 2016, será realizado o reembolso da até o limite do valor estabelecido pela ADG.	Prevenir a incidência de gripe e suas consequências, contribuindo para a diminuição do absenteísmo pelas doenças	Campanha realizada anualmente, para todas as unidades de trabalho do TRT, quando é oferecida a vacinação contra gripe a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados. Preveui-se a incidência de gripe e suas complicações, contribuindo para o controle de epidemia e a diminuição do absenteísmo causado por doenças respiratórias.
Projeto Urgência e Emergência no TRT 9ª	9.3 Disponibilização do Desfibrilador Externo Automático - DEA, em Maringá, e ainda, treinamento de servidores voluntários, para a utilização do equipamento, no local citado, em caso de parada cardiorrespiratória, até a chegada do atendimento especializado de emergência.	Garantir a eficiência e agilizar o atendimento em situações de emergências disponibilizando desfibriladores em locais estratégicos e treinamento aos magistrados/servidores em primeiros socorros e uso do desfibrilador. O uso deste aparelho por um pessoa treinada pode significar a diferença entre a vida e a morte e a diferença entre uma invalidez parcial ou total de uma pessoa que sofre uma parada cardíaca.	Ação continuada Disponibilizou-se o Desfibrilador Externo Automático - DEA nos três prédios centrais do TRT na Capital, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel, e ainda, treinamento de servidores voluntários para a utilização do equipamento nos locais citados, em caso de parada cardiorrespiratória, até a chegada do atendimento especializado de emergência. Proporcionou-se um atendimento rápido em situações de emergências disponibilizando os aparelhos em locais estratégicos e treinamento aos magistrados/servidores em primeiros socorros e uso do desfibrilador. O uso do desfibrilador automático por um pessoa treinada pode significar a diferença entre a vida e a morte. O atendimento imediato, mesmo quando realizado por um leigo, aumenta substancialmente a expectativa de recuperação e reduz a incidência de sequelas em uma pessoa que sofre uma parada cardíaca. Em 2016 realizou-se novo treinamento em Londrina com a participação de servidores lotados naquele Fórum.
PCMSO/Exames periódicos	9.4 Realização de exames médicos e laboratoriais em magistrados e servidores lotados na Capital, Região Metropolitana, Litoral e Interior do Estado.	O PCMSO tem como objetivo planejar ações de promoção/manutenção da saúde dos servidores/magistrados. Além disso, deve prevenir rastrear e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho. Conforme Resolução 141/2014 do CSJT. Está previsto para iniciar em setembro de 2016, encontra-se em fase de licitação.	Ação continuada Realizaram-se exames médicos ocupacionais, tais como: I – admissional; II – periódico; III – de retorno ao trabalho; IV – de mudança de função; e V – de afastamento definitivo. Disponibilizou-se a magistrados e servidores lotados na Capital, Região Metropolitana, Litoral e Interior do Estado. O PCMSO tem como objetivo planejar ações de promoção/manutenção da saúde dos magistrados/servidores, além de prevenir, rastrear e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho, estando em conformidade com a Resolução 141/2014 do CSJT, a qual dispõe sobre as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Em 2016, alcançou o número de 1.011 avaliações ocupacionais. Em 2017, será realizada a nova etapa de avaliações médico-periódicas em Curitiba, interior e litoral do Estado. Além das avaliações clínicas disponíveis a todos, serão realizados exames de especialidades para grupos de servidores que atuam na manutenção e segurança e transporte. A expectativa é que, até o final de 2017, o exame periódico seja disponibilizado a 100% dos magistrados e servidores lotados na Capital e Região Metropolitana, e até o mês de julho 100% dos magistrados e servidores lotados no litoral e interior do Estado tenham a oportunidade de fazer o exame.

Eixo de Atuação 9: Qualidade de vida no trabalho

Objetivo: promover qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Descrição	Ação	Meta	Apuração e Resultados
Pesquisa de Clima Organizacional	9.5 Busca avaliar o nível de satisfação de magistrados e servidores do TRT-PR com relação a uma série de fatores integrantes de sua rotina diária de trabalho, levantando indicadores para subsidiar futuros planos de ação voltados à melhoria institucional.	Realização da pesquisa a cada dois anos. Por ter periodicidade bial, deveria ser realizada uma edição da pesquisa este ano. No entanto, é necessário um parecer da Administração quanto à adequação do cenário atual para a realização de nova edição da pesquisa neste exercício.	Bial RESULTADOS: Por ter periodicidade bial, deveria ter sido realizada uma edição em 2016, mas não houve solicitação da Administração, sendo esta solicitação necessária para a execução de uma nova edição.
Atendimento da Área da Saúde a Todas as Unidades do Interior	9.6 Propiciar uma aproximação da equipe de saúde do TRT-PR com os magistrados e servidores lotados nas unidades do interior, por meio de intervenções pontuais nessas unidades	Realizar 2 edições/ano. Em 2016, serão realizadas em unidades da RMC.	Ação anual RESULTADOS: Realizou-se 04 edições em razão de restrições orçamentárias no ano de 2016, não houve realização de nenhuma edição do projeto no exercício. Permanece sobrestado em virtude de restrições orçamentárias.
PPRA / Laudo Ergonômico / Laudo de Insalubridade	9.7 Inspeccionar as unidades dessa corte, buscando antecipar / corrigir riscos físicos, químicos, biológicos e de acidente, que os servidores estão expostos.	Realizar em 40% das unidades em 2016 e 100% em 2017.	Ação anual RESULTADOS: Devido às restrições orçamentárias impostas em 2016, não foi possível alcançar a meta para o exercício. Ainda é possível o atingimento do proposto para 2017, mas depende de disponibilidade orçamentária.
Avaliações dos postos de trabalho	9.8 Ajustes de mesa, cadeira, computador, apoios de pés e de antebraços, conforme demanda individual, da unidade ou a pedido da Seção Médico-Odontológica. Adaptando os postos de trabalho às características antropométricas dos indivíduos.	Avaliar 100% das unidades até 2020.	Ação anual RESULTADOS: Executado.
Investigação de Acidente em Serviço	9.9 Investigar e registrar acidentes que ocorreram no âmbito desse Tribunal, buscando suas causas e consequências, de modo a proporcionar meios de orientação aos esforços preventivistas	Investigar 100% dos acidentes ocorridos até 2017	Ação anual RESULTADOS: Executado.
Ginástica Laboral	9.10 Prevenir contra LER/DORT, ao melhorar a flexibilidade, a mobilidade articular, as relações interpessoais, entre outros.	Adesão de 100% das unidades até dezembro de 2017.	Mensal/Anual RESULTADOS: O programa deixou de ser realizado em 2016, em virtude de restrição orçamentária. Ainda não há previsão de retorno.
Brigada de emergência	9.11 Promover a efetiva atuação das Brigadas de Emergência nas unidades de Araucária, Cascavel, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais.	Implantar em 100% até 2017.	Ação anual RESULTADOS: Executado.

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois não há indicadores objetivos estabelecidos. Assim, esta ficha de atuação deve apresentar os seguintes campos: plano de ação, indicador, meta, unidade responsável e apuração. Os resultados devem ser apresentados desde 2015, a cada período de apuração, a partir de 2016.
3. Deve ser definido o período de apuração para todos os indicadores em que conste "Ação continuada". Para este eixo de atuação o período de apuração para todos os indicadores poder ser Anual.

Eixo de Atuação 10: Gestão de contratos de projetos de engenharia

Objetivo: Promover e difundir a prática de ações sustentáveis nas edificações do TRT-PR

Ação	Detalhamento	Indicador	Meta	Apuração e Resultados (anual)
Eficiência energética - iluminação	10.1 Elaborar Termo de Cooperação Técnica com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) visando a efficientização energética das 65 edificações ocupadas por este TRT, através da substituição gradual das lâmpadas atuais por lâmpadas tipo led.	Atualmente nenhuma unidade possui iluminação exclusiva por sistema led	Formalizar Termo de Cooperação Técnica e implantar em 20% das unidades. Redução de 5% a 10% no consumo de energia por mês, por unidade.	Durante o ano de 2016, a SEA buscou informações acerca do programa junto a concessionária de energia (COPEL) e outros órgãos públicos interessados. No entanto, considerando vários fatores de ordem técnica e processual, ainda não foi possível aderir ao Termo de Cooperação. No entanto, a utilização de lâmpadas LED, vem sendo adotada como padrão nos projetos dos novos imóveis, como é o caso das Varas do Trabalho de Palmas, Bandeirantes e Porecatu e dos Fóruns Trabalhistas de Foz do Iguaçu, Toledo e Apucarana, bem como nos projetos de reforma, como na Reforma da Sobreloja do Anexo Administrativo e do Térreo do Fórum Trabalhista de Curitiba. Além disso, foram adquiridas 6.000 lâmpadas LED, através do Contrato 32/2017, para substituição gradativa no Fórum Trabalhista de Curitiba e no Edifício Rio Branco, sede do Tribunal nesta capital.
Eficiência energética - climatização por SPLIT	10.2 Substituir os equipamentos SPLIT existentes nos edifícios TRT400 e TRT147, por equipamentos com tecnologia inverter, que possuem melhor eficiência energética.	Quantidade de equipamentos instalados	Substituição de 175 equipamentos de ar condicionado, até 2020.	Equipamentos condicionadores de ar do tipo SPLIT, tecnologia Inverter, para substituição gradativa nas unidades judiciais foram adquiridos através do PO 68/2016, sendo que durante o exercício de 2016 foram substituídas, por Split Inverter, 31 máquinas no edifício TRT 147 e 2 máquinas no edifício TRT 400.
Eficiência energética - climatização por sistema VRF	10.3 Substituir os projetos de climatização padrão que se utilizam de equipamentos SPLIT, por projetos de climatização por sistema VRF, que possuem melhor eficiência energética.	Sistemas instalados	Projeto e instalação nos novos Fóruns Trabalhistas a serem construídos (FT de Foz do Iguaçu).	(Bianual) O sistema de climatização VRF foi adotado nos projetos dos Fóruns Trabalhistas de Ponta Grossa e de Foz do Iguaçu. Ambos funcionarão como piloto na análise da eficiência e aplicabilidade desta tecnologia na realidade das unidades judiciais do TRT 9ª Região. Para os demais projetos está sendo previsto sistema de climatização com Split Inverter, em detrimento à utilização de Sistema VRF, em virtude dos elevados custos iniciais na implantação desse último, o que impactaria de forma significativa os orçamentos das obras. A adoção de tal medida enquadra-se no cenário de escassez de recursos públicos e considera, ainda, o fato do ganho de eficiência do Sistema VRF ficar menos evidenciado quando comparado ao sistema Inverter, sendo esse considerado tecnicamente como um meio termo entre a utilização de Split comum e o sistema tipo VRF.
Projeto piloto de energia solar	10.4 Elaborar estudos visando o projeto e instalação de captação de energia solar nas edificações deste TRT.		Alcançar a redução da energia elétrica consumida através da rede de distribuição da COPEL.	Atualmente, a equipe técnica da Secretaria de Engenharia e Arquitetura vem pesquisando e buscando conhecimento acerca das tecnologias de captação de energia solar, bem como informações junto à COPEL acerca das possibilidades e viabilidade na implantação de sistemas alternativos de captação de energia solar e aplicabilidade na realidade do TRT 9ª Região.
Sistema de Reaproveitamento de Águas Pluviais	10.5 Instalação de sistema de reaproveitamento de águas pluviais nas obras das novas Varas do Trabalho	Quatro unidades atualmente instaladas (FT de Ponta Grossa, FT de Maringá, FT de Pato Branco e FT de Francisco Beltrão).	10 unidades (inclusão da VT de Wenceslau Braz, VT de Palmas, VT Bandeirantes, FT de Foz do Iguaçu).	Todos os projetos de imóveis novos desenvolvidos pela SEA atualmente possuem sistema coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais. Como exemplo, podemos citar os imóveis das Varas do Trabalho de Bandeirantes, Palmas e Porecatu e nos Fóruns Trabalhistas de Toledo, Foz do Iguaçu e Apucarana. O mesmo conceito está sendo aplicado nos projetos de reforma geral dos imóveis próprios desta Regional, como foi o caso do imóvel da Vara do Trabalho de Wenceslau Braz e do Fórum Trabalhista de Francisco Beltrão.
Conclusão do Projeto Padrão de Edificações deste TRT	10.6 Elaboração de Projeto de Edificações com a adoção de soluções sustentáveis através de: uso de iluminação natural, sombreamento de fachadas através de soluções arquitetônicas, permeabilidade do solo, reaproveitamento de águas pluviais, utilização de torneiras hidromecânicas, utilização de caixas acopladas, aproveitamento de energia solar, instalação de equipamentos de acessibilidade, utilização de mobiliário ergonômico.		Solução Arquitetônica: 2015 Solução de aproveitamento de águas pluviais: 2016 Solução de aproveitamento de energia solar: 2017 Solução de mobiliário ergonômico: 2017	O Projeto Padrão Modular do TRT 9ª Região foi aprovado através da Resolução Administrativa 036/2016, sendo fruto de Comissão instituída pelo TRT 9ª Região, onde houve a participação de servidores e magistrados, além da área técnica desta corte. O projeto do Fórum Trabalhista de Apucarana, em fase de licitação da execução da obra, foi o primeiro a ser concebido com base no Projeto Padrão Modular adotado pelo TRT da 9ª Região.

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O objetivo do indicador deve ser revisto pela Subcomissão Gestora. O objetivo pode ser: Adoção de critérios sustentáveis na Gestão de contratos de projetos de engenharia;
3. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois não há indicadores objetivos estabelecidos. Assim, esta ficha de atuação deve apresentar os seguintes campos: plano de ação, indicador, meta, unidade responsável e apuração.

Eixo de Atuação 11: Gestão de outros materiais/insumos Telefonia

Objetivo: redução do consumo com telefonia e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados (anual/mensal)
Incentivar uso de mensagens digitais	11.1 Gasto médio de contrato de telefonia fixa (R\$/quantidade de linhas)	Redução de 10% consumo total de 2015	Em 2015, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.411. Em 2016, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.402. Em 2015, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 191.637,31. Em 2016, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 138.452,29. Em 2015, o gasto médio foi de R\$ 56,18. Já em 2016 o gasto médio foi de R\$ 40,69. O resultado geral demonstra redução de 27,57% do valor financeiro dispendido para o consumo de serviços de telefonia fixa entre os anos de 2015 e 2016. Assim, a meta para este indicador foi atingida.
	11.2 Gasto médio de contrato de telefonia móvel (R\$/quantidade de linhas)	Redução de 10% consumo total de 2015	Em 2015, a quantidade de linhas de telefonia móvel era de 301. Em 2016, a quantidade de linhas de telefonia móvel era de 242. Em 2015, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 308.457,26. Em 2016, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 296.719,04. Em 2015, o gasto médio foi de R\$ 1.024,77. Já em 2016 o gasto médio foi de R\$ 1.226,11. O resultado geral demonstra aumento de 19,65% do valor financeiro dispendido para o consumo de serviços de telefonia móvel entre os anos de 2015 e 2016. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.
	11.3 Gasto total de contrato de telefonia fixa (R\$)	Redução de 10% consumo total de 2015	Em 2015, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 191.637,31. Em 2016, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 138.452,29. Assim, houve redução de 27,75%. A meta para este indicador foi atingida.
	11.4 Gasto total de contrato de telefonia móvel (R\$)	Redução de 10% consumo total de 2015	Em 2015, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 308.457,26. Em 2016, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 296.719,04. Assim, houve redução de 3,80%. A meta para este indicador não foi atingida.

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve apresentar as ações a serem realizadas para alcance do objetivo e metas;
3. O objetivo pode ser alterado para: "Promover a redução do consumo com telefonia (em R\$) e, conseqüentemente, obter economia da despesa."

Eixo de Atuação 12: Gestão de outros materiais/insumos Combustível

Objetivo: Reduzir o consumo de combustível com a frota de veículos do TRT-PR e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Objetivo específico	Indicador	Meta	Apuração e Resultados (mensal/anual)
Diminuir itinerários sempre que possível; manutenção preventiva; uso preferencial de etanol.	12.1 Consumo de gasolina da frota oficial de veículos	Diminuir 10% em relação ao ano anterior	Em 2015 o consumo total de gasolina contabilizou 16.595,32 litros, sendo que em 2016 o consumo de gasolina foi de 20.165,36 litros. Assim, houve aumento de 21,51% entre os anos de 2015 e 2016. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.
	12.2 Consumo de etanol da frota oficial de veículos	Diminuir 10% em relação ao ano anterior	Em 2015 o consumo total de etanol contabilizou 20.148,04 litros. Já em 2016 o consumo total de etanol foi de 8.457,25 litros. Assim, houve redução de 58,02%. Considerando que ocorreu aumento do consumo de gasolina, infere-se que houve substituição do uso do etanol pela gasolina. Assim, a meta para este indicador foi atingida.
	12.3 Consumo de diesel da frota oficial de veículos	Diminuir 10% em relação ao ano anterior	Em 2015 o consumo total de diesel somou 11.156,29 litros, sendo que em 2016 o gasto total de diesel foi de 9.547,25 litros. Assim, houve redução de 14,43%. Assim, a meta para este indicador foi atingida.

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Objetivos Específicos" deve ser denominado "Plano de Ação".
3. O objetivo pode ser alterado para: "Reduzir o consumo de combustível da frota de veículos do TRT-PR e, conseqüentemente, obter economia da despesa."
4. Deve ser criado o seguinte indicador para este eixo de atuação: "Consumo total de combustível da frota oficial de veículos". Os demais indicadores devem indicar que se trata de consumo em litros.

Eixo de Atuação 13: critérios sustentáveis para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo.

Objetivo: Aplicar as regras e critérios sustentáveis já estabelecidos para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo para todo TRT9. (Áreas responsáveis: SMP e SG)

Indicador	Descrição	Ação	Meta	Apuração e Resultados (anual)
"Boas práticas" disponibilizadas aos usuários via intranet, em razão do cumprimento da Etapa 6 do Projeto 22/2013; Quantidade de chamados técnicos.	13.1 Desfazimento adequado de toners para impressoras. (Logística reversa)	Promover o reaproveitamento de materiais de consumo e descarte ecologicamente adequado daqueles materiais sem reaproveitamento pelos usuários. Ação contínua.	100% do material descartado	Pontua-se que o desfazimento deste material é instruído por documentação que inclui cópia de relatório que discrimina a quantidade de toneres e o valor pago por cada tipo, cópia do cheque nominal a cooperativa ou associação de catadores cadastrada e respectiva declaração de recebimento da doação do valor financeiro (declaração emitida pela organização de catadores). No ano de 2015 foram vendidos 587 toneres totalizando o valor de R\$ 1.665,50. Já em 2016 foram vendidos 497 toneres que redundou no valor de R\$ 1.848,00. Esses valores foram revertidos para cooperativas da região.
Norma em vigor - Recomendação CNJ 11/2007; Quantidade de contratações para transporte, tratamento e destinação final (descarte) às lâmpadas, reatores e outros materiais já utilizados pelo TRT9.	13.2 Desfazimento adequado de lâmpadas fluorescentes. (Logística reversa)	Promover o reaproveitamento de materiais de consumo e descarte ecologicamente adequado daqueles materiais sem reaproveitamento pelos usuários. Ação contínua.	100% do material descartado	Em 2016, foi efetuado contrato para a descontaminação de 2.198 lâmpadas do Núcleo de Apoio Administrativo da Setorial de Londrina, no valor total de R\$ 1.099,00. Assim, desde 2015 (1.619 lâmpadas) a logística reversa destas lâmpadas fluorescentes não tem ocorrido, pois, apesar de previsão contratual, as empresas fornecedoras preferem receber multa contratual a cumprir com o contrato e promover o recolhimento e destinação final ambientalmente adequada das lâmpadas inservíveis.
Ato 30/2016 sobre administração de materiais e patrimônio	13.3 Atender ao cronograma de requisições e entrega de materiais.	Tornar a movimentação de materiais de consumo mais sustentável com a implantação de procedimentos para controle, padronização e racionalização.	Ação continuada	Aquisição de lâmpadas: Durante o exercício 2016 foram adquiridas lâmpadas de LED em pequena quantidade, modelo este que não era utilizado por este Tribunal nos exercícios anteriores, e ainda 1.475 lâmpadas fluorescentes, de três modelos diferentes, fornecidas pela empresa sediada no Paraná, bem como 125 lâmpadas tubulares fluorescentes 14W.

Eixo de Atuação 13: critérios sustentáveis para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo.

Objetivo: Aplicar as regras e critérios sustentáveis já estabelecidos para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo para todo TRT9. (Áreas responsáveis: SMP e SG)

<p>Política de sustentabilidade do estoque.</p>	<p>13.4 Estocar o mínimo necessário.</p>	<p>Tornar a movimentação de materiais de consumo mais sustentável com a implantação de procedimentos para controle, padronização e racionalização.</p>	<p>Ação continuada</p>	<p>Desfazimento de lâmpadas usadas: Conforme já relatado acima, as empresas fornecedoras de lâmpadas (LED) não puderam efetuar o recolhimento de lâmpadas queimadas na mesma quantidade fornecida, considerando que esse tipo de lâmpada começou a ser usada somente no exercício 2016, não havendo, assim, lâmpadas a serem recolhidas. Com relação às lâmpadas fluorescentes, a empresa Paraná Business Materiais Elétricos Ltda., recolheu, em 18/07/2016, 1.475 lâmpadas fluorescentes queimadas, em atenção ao Ofício SG 006/2016. Quanto às 125 unidades de lâmpadas tubulares fluorescentes 14W, citada anteriormente, a empresa Geziane Cunha Furlan - ME fará o recolhimento de 125 lâmpadas usadas, no decorrer do presente mês, conforme Ofício CSG 002/2017 encaminhado à referida empresa. Em decorrência do corte orçamentário no último exercício, também não houve contratação de empresa especializada para recolhimento e destinação adequada de lâmpadas queimadas. Diante de tal cenário, o número de lâmpadas usadas que se encontraram em depósito no edifício sede Cajuru, em que pese ter havido o recolhimento parcial, conforme já citamos, é de aproximadamente: - 1.000 unidades de lâmpadas fluorescentes tubulares de 32/40 W; - 4.500 unidades de lâmpadas fluorescentes tubulares de 16/20 W; - 200 unidades de lâmpadas de bulbo fluorescentes; - 100 unidades de lâmpadas de vapor de sódio, usadas em refletores; - 150 unidades de lâmpada incandescente; - 100 unidades de reatores. Esta Coordenadoria pretende, durante o presente exercício, solicitar a contratação de empresa especializada para o recolhimento e destinação adequada das lâmpadas usadas que se encontram estocadas.</p>
<p>Adquirir veículos para o TRT9 em consonância com regras e critérios de sustentabilidade. (Área Responsável: SST)</p>	<p>13.5 Norma em vigor - Resolução do CSJT nº 68/2011.</p>	<p>Utilizar veículos movidos a combustível renovável, com selo CONPET de Eficiência Energética Veicular (concedido pelo Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural).</p>	<p>Reduzir a emissão de poluentes e o consumo de combustível até 2020</p>	<p>O TRT9 já vem adotando esse critério desde 2016.</p>

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois não há indicadores objetivos estabelecidos. Assim, esta ficha de atuação deve apresentar os seguintes campos: plano de ação, indicador, meta, unidade responsável e apuração.

5



*Inventário
de materiais*





Inventário de Materiais

Por meio da Portaria JP 98/2015 foi constituída Comissão de Inventário para levantamento patrimonial de 2015.



Considerações finais





Considerações finais

Analisado o primeiro período de implantação deste PLS, sugere-se revisão da matriz de controle de indicadores de cada um dos 13 eixos de atuação, de modo a padronizar com o modelo adotado no Plano Estratégico Institucional do TRT-PR e com o modelo do Conselho Nacional de Justiça. Também sugere-se adoção de avaliação anual e mensuração mensal nos casos em que este tipo de análise seja aplicável e dar transparência na divulgação dos resultados alcançados por meio de uma plataforma digital a ser desenvolvida no âmbito do TRT-PR e adoção de linha base de análise para o ano de 2016, ano em que este plano foi aprovado. Todas estas sugestões serão analisadas pela Subcomissão Gestora do PLS/TRT-PR e submetidas à aprovação pela administração deste Tribunal para implantação imediata.